

## **ANEXO II**

### **CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

1. Para fins de pontuação as faltas serão classificadas em leve, média, grave e gravíssima.
2. A Nota geral da Avaliação de Desempenho será obtida da seguinte forma:

$$\text{NAD} = 100 - {}^3 \text{pd}$$

Onde:

**<sup>3</sup> pd** = somatório dos pontos descontados relativos às irregularidades verificadas nas supervisões e controles, conforme tabela abaixo:

3. Serão atribuídos pontos por cometimento de falta(s), em cada avaliação de acordo com os critérios dispostos na tabela abaixo:

	<b>Irregularidades</b>	<b>Pontos a serem descontados</b>
<b>Leve</b>	Preços cobrados nos itens do estabelecimento consideravelmente superiores ao praticado no mercado de Lavras e região, por fiscalização.	3
	Descumprimento dos horários de abertura e fechamento do estabelecimento, por ocorrência verificada.	3
	Deixar de atender as demandas por refeições em virtude da falta de alimentos, por ocorrência verificada.	3
	Ausência ou inadequação de placas/etiquetas de identificação dos produtos, por fiscalização.	3
	Reclamação formal (protocolada na PROPLAG ou devidamente registrada junto à ouvidoria da UFLA) dos usuários quanto ao atendimento ou qualidade dos produtos servidos, por ocorrência.	3
	Deixar de disponibilizar a máquina para cartão de crédito e débito, por ocorrência verificada.	3
	Resultado do relatório técnico sobre a análise dos critérios de qualidade baseados na Resolução RDC nº. 216/04	3

<b>Médio</b>	Funcionários trajando uniformes sujos ou não adequados à função, por funcionário.	4
	Apresentar cardápio consideravelmente destoante do cardápio de referência, por ocorrência verificada.	4
	Deixar de emitir cupom fiscal nas vendas realizadas, por ocorrência verificada.	4
	Resultado do relatório técnico sobre a análise dos critérios de qualidade baseados na Resolução RDC nº. 216/04	4

<b>Grave</b>	Servir, posteriormente, alimentos preparados que não foram vendidos no dia de seu preparo, por ocorrência verificada.	5
	Presença de alimentos com prazo de validade vencido, por gênero de produto.	5
	Deixar de disponibilizar a máquina emissora de cupom fiscal, por ocorrência verificada.	5
	Ausência ou inexecução de Plano Integrado de Manejo e Controle de Pragas Urbanas, por fiscalização.	5
	Funcionário que trabalha no caixa manipulando/dispensando os alimentos, por ocorrência verificada.	5
	Resultado do relatório técnico sobre a análise dos critérios de qualidade	5

	baseados na Resolução RDC nº. 216/04	
--	--------------------------------------	--

  

<b>Gravíssimo</b>	Interromper os serviços do restaurante por insuficiência de pessoal ou de insumos para preparação dos alimentos, por ocorrência verificada.	7
	Uso de preparações prontas e não servidas na preparação de outras refeições, por ocorrência verificada.	7
	Ocorrência de casos de intoxicações alimentares, por denúncia confirmada.	7
	Falta de higiene ou higienização inadequada de hortaliças, frutas, utensílios e equipamentos, por fiscalização.	7
	Não apresentar os alvarás de funcionamento e do órgão de vigilância sanitária nos prazos legais, por fiscalização.	7
	Resultado do relatório técnico sobre a análise dos critérios de qualidade baseados na Resolução RDC nº. 216/04	7

4. É reservada à Comissão de Fiscalização a discricionariedade de imputar desconto de pontuação em virtude de outras irregularidades não discriminadas neste instrumento, atentando-se aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e impessoalidade.
5. Será considerado insuficiente o resultado da Avaliação de Desempenho inferior a 70 pontos.
6. Ao acumular três notas de Avaliação de Desempenho consecutivas insuficientes, ou seja, NAD menor que 70 pontos por três vezes consecutivas, a UFLA providenciará a respectiva instrução de processo administrativo para apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanções administrativas, observados os princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório.
7. A concessionária também estará sujeita a litigar em processo administrativo no âmbito da UFLA e do contrato de concessão se, também, acumular intercaladamente cinco resultados de Avaliação de Desempenho insuficientes.
8. Ressalta-se que a decisão da comissão de processo administrativo pode implicar, segundo a lei 8.666/93, em arquivamento do processo isento de qualquer sanção administrativa ou em advertência, multa, rescisão do contrato, impedimento temporário para contratar com a Administração Pública ou aplicação de sanção por inidoneidade.